

Movimento Educador Ecosocialismo e Bem Viver (ou Barbárie)

"(...) se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que eu tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes."
Paulo Freire, citado por Analise Silva.

Há quase dois anos, a partir da concepção do movimento “Ecosocialismo ou Barbárie”, inicia-se um processo aglutinador de pessoas indignadas com o atual estado de degradação socioambiental, que não querem ficar com “a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar”, como já disse o poeta Raul Seixas.

Com título semelhante ao da revista formada por Cornelius Castoriadis, Claude Leford e outros/as filósofos/as e ativistas da Autonomia, na década de 60 do século passado, o Movimento busca a inclusão efetiva da perspectiva ecosocialista e educadora nos caminhos por sociedades sustentáveis.

Humanidades sustentáveis, em todos os locais e tempos neste Planeta, se constroem por meio de dois processos sincrônicos e mutuamente dependentes:

- Trabalhando-se interiormente – aprimorando-nos como seres humanos!
- Pensando e agindo local e globalmente – forjando formas de organização social, de fazer política e de construção de economias, instituições, estruturas, relações e espaços educadores e sustentáveis.

Reiteradamente constatam-se as impossibilidades e limites das transformações sociais ocorrerem apenas pela via da tomada do poder político no Estado, com todo o aparato que o viabiliza. A existência de um movimento social forte, descentralizado e coordenado, desburocratizado e pluralista pode ser uma via para se ampliar a incidência da sociedade e desses ideais nas agendas públicas locais, regionais, nacionais e planetária.

Sem “reinventar a roda”, dialogando com redes, fóruns, partidos, coletivos e movimentos sociais já existentes e utilizando a produção já elaborada na área, o movimento busca fomentar e fermentar núcleos de base e articulações intra e intersetorial que possibilitem o avanço em duas agendas:

1. Programática - além de um listado de temas importantes para a construção educadora ecosocialista, o mapeamento de propostas e a articulação de atores, de tal modo que o seu detalhamento possa servir de documento de trabalho para gestores e ativistas sociais;

2. Progâmica / Mobilizadora - pautada pelos temas que emergem no item anterior ou da conjuntura, articular uma ampla malha de atores sociais e grupos de base dispostos e disponíveis para mobilizações de diversos tipos.

Um pequeno núcleo de voluntários tem contribuído para que temáticas problematizadoras diversas ajudem a vitalizar diálogos e gerem um retorno sistematizador, em busca da formulação e implantação de uma plataforma política do Movimento Educador.

Cientes de que a questão da sustentabilidade não pode limitar-se às tecnologias verdes e mercadológicas, é preciso ir fundo na problematização que permita a emergência do que tem sido sequestrado dela: o seu potencial de promover reflexões e ações questionadoras das relações geopolíticas, políticas, econômicas e sociais, assim como sobre o modo hegemônico de produção e consumo. É preciso recuperar reflexões como as de Montesquieu sobre a promoção da frugalidade estar no espírito das leis que conduzem à democracia popular – a simplicidade voluntária, como valor humano que volta-se mais ao conhecimento e ao bem comum e menos à ganância por posses e enriquecimento material.

Tomando como exemplo a agroecologia, para que ela não se torne apenas uma solução oportunista de mercado e de técnicas que permitam uma sobrevivência a um sistema explorador de seres humanos e da natureza, é necessário que traga no seu coração as reformas agrária e agrícola e a agrobiodiversidade. A mesma reflexão se aplica aos desafios da produção cultural democrática e descentralizada, das lutas urbanas (moradia, transporte, espaços públicos, direitos à cidade) e das lutas trabalhistas.

Como promovê-las? Quais seriam as medidas básicas a serem tomadas pela sociedade, em seus diversos setores e por governos locais, regionais e nacionais ou mesmo pelas agências internacionais, como políticas públicas estratégicas de transição para sociedades sustentáveis? Como promover valores e a formação de pessoas que fomentem esses valores?

A promoção de diálogos, horizontais e verticais, de mecanismos de tomada de decisão e sistematização das propostas que emanam de círculos de diálogos, com a definição de bandeiras de ações coletivas serão desdobramentos desse processo.

A explicitação da Plataforma Política do Movimento deve se constituir no incremento do diálogo em curso, possibilitando a sua sistematização e uma provocação para a sua continuidade.

A presente proposta de Plataforma Política construída coletivamente é uma provocação ao diálogo continuado e participativo, possibilitando a construção de plataformas contextualizadas em cada realidade. Portanto, não se trata de uma cartilha normatizadora e definitiva. O que significa também que seus eixos não são estanques, mas outros poderão ser incluídos se o diálogo da coletividade apontar para essa necessidade de mudança. Assim, essa Plataforma Política é resultado de análises de conjuntura compartilhadas do Movimento Educador desde sua origem até julho de 2016.

É alinhada às enunciações trazidas pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Tratado de EA), que tem desde o início da sua criação coletiva no âmbito da sociedade civil afirmado seus valores orientados pela transformação social.

A Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis preconiza propostas de mudança social articuladas e sistêmicas, e a presente Plataforma materializa sua transversalidade quando, ao não constituir como um eixo, a integra e perpassa todos os demais.

Orientados pelos princípios e ações descritos no Tratado de EA, pelo reconhecimento de sua construção democrática, participativa e representativa, os eixos aqui dispostos articulam a perspectiva de Educação e Política Ambiental que apontam direções e contextos para o estabelecimento de condições necessárias e fortalecedoras de processos de transição para o Bem Viver.

Nesse momento de crise profunda de nossa civilização, esta Plataforma se organiza para a ação transformadora envolvendo um conceito, que emerge como um novo paradigma. Nasce da cosmovisão dos povos indígenas andinos e é híbrido em conceitos milenares e modernos. Está associado aos conceitos de desmercantilização da vida e descolonização do poder e do saber. O termo Bem Viver ou Viver Bem pode ser entendido como 'vida em plenitude', e faz referência a viver em harmonia entre o material e o espiritual, consigo mesmo e com a Mãe Terra.

As Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) introduziram os princípios do Bem Viver em seus textos. O Bem Viver é a porta de saída da dicotomia Cultura x Natureza e permite conceber que somos parte de *Pachamama*. Implica mudanças nas concepções e práticas de desenvolvimento e organização econômica do Estado, que deve passar a estar vinculadas a princípios de solidariedade e reciprocidade.

O regime do Bem Viver deve estar articulado com as dimensões políticas, socioculturais e ambientais, e ter objetivo de fomentar a participação e o controle social, recuperar e conservar a natureza, e promover um ordenamento territorial equilibrado.

A Plataforma Política desenvolvida pelo Movimento Educador é alicerçada inicialmente nos seguintes eixos temáticos:

1. Educação; 2. Questão Urbana; 3. Comunicação; 4. Representação e Participação Política; 5. Economia; 6. Usos da Terra; 7. Cultura; 8. Mudanças Socioambientais Globais e Eventos Extremos.

1. Educação

O eixo Educação dessa Plataforma Política se alinha com os 'Princípios da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global' que explicitam que a educação é um ato político, rejeitando a ideia de sua neutralidade, e de que todos somos aprendizes, seres inacabados, portanto em formação aqui qualificada pela Práxis.

A transversalidade da EA, aqui, configura que a base do eixo educação deve ser o pensamento crítico e inovador que promove a transformação da sociedade, formando cidadãos críticos e participativos, atuantes na construção de sociedades com consciência local e planetária.

Lutamos para que todas/os tenham acesso à uma educação pública, gratuita e de qualidade, onde o acesso ao conhecimento e o direito de pensar seja exercitado e reverberado em toda a sociedade.

Defendemos processos educadores que contribuam para que os estudantes sejam protagonistas de suas vidas, de seu destino e do futuro Comum.

Lutamos para que todas/os educadoras/os e trabalhadoras/es da educação tenham uma formação digna e vinculada ao estudo e a autonomia enquanto essência, para uma educação livre de dogmatismos e censuras, que contribuam para a construção de sociedades sustentáveis mais fraternas e colaborativas, atuantes na política e sobretudo na estruturação das políticas públicas.

Assim, é importante destacar os seguintes pontos que defendemos:

- Promover processos pautados em uma educação libertadora alicerçada na democracia com objetivos em direção ao Bem Comum no qual acesso e gestão do planeta seja responsabilidade de todas/os;
- Fortalecer e capilarizar uma educação dialógica, que se atente para todas as dimensões dos indivíduos - cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, biológica, espiritual, técnica e política;
- Reconhecer e fortalecer a educação ambiental no auxílio à reconexão dos seres humanos consigo, com os demais seres habitantes do planeta e com a própria Terra, e seu potencial de contribuir com a transição para sociedades mais sustentáveis e felizes;
- Promover espaços e ações educadoras que desenvolvam o diálogo e a escuta;
- Valorizar os saberes populares;
- Fortalecer e ampliar a formação de formadores;
- Erradicar o analfabetismo socioambiental e na leitura e escrita;
- Garantir a efetividade dos 10% do PIB para educação pública;
- Capilarizar o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global em todos os territórios.
- Promover articulações entre universidade, movimentos sociais, escolas e terceiro setor com vistas a melhoria da qualidade da educação.

2. Questão Urbana

“Se as cidades forem destruídas e os campos conservados, aquelas ressurgirão; entretanto, se os campos forem destruídos e as cidades conservadas, estas perecerão.”

Benjamin Franklin

O mundo urbano brasileiro, que foi construído a partir do êxodo rural, gerou trabalhadoras/es urbanos vulneráveis, por contarem com baixos salários, moradias precárias em regiões periféricas impróprias e sem planejamento, o que faz aumentar a exclusão, o risco de vida, dificulta o acesso à educação, saúde, energia, cultura, saneamento básico e transporte. Dessa forma, a urbanização brasileira cresce lado a lado com a pobreza. O controle do espaço urbano por agentes hegemônicos direciona o crescimento conforme interesses particulares, negligenciando a modernização para os mais pobres e para aqueles/as que buscam alternativas ambientalmente mais apropriadas para o desenvolvimento das cidades.

Defendemos a democratização dos espaços públicos urbanos para a convivência, que podem permitir e enfatizar as coletividades, os diálogos e a participação. O mesmo vale para a mobilidade urbana que, para ter qualidade, precisa ser considerada em todas as suas variáveis, como garantir calçadas transitáveis e agradáveis, ciclovias extensas e bem sinalizadas, entre outros. Em relação ao transporte público, garantir qualidade e preços acessíveis para esses serviços torna-se uma pauta prioritária. Para além das necessidades de enfrentamento das mudanças climáticas, que exige a redução da emissão de gases estufa diminuindo especialmente o consumo de veículos particulares. Entendemos que todos devem ter acessibilidade ao transporte público, que facilita/permite a utilização

de todos os outros serviços sociais constitucionalmente garantidos. Portanto, democratizar a mobilidade urbana é essencial para o ambiente planetário e sua regulação climática e ainda fomenta condições sociais mais justas.

Assim, defendemos que é urgente o reordenamento dos territórios urbanos de modo que estes não sejam parasitas dos recursos periurbanos e rurais, mas que possa efetivamente suprir ao máximo suas necessidades sociais, energéticas, alimentares e hidráulicas. Para isso, é preciso a construção de um Plano Diretor participativo que leve em seu âmago a questão ambiental como sinônimo do Bem Viver.

Dentro da questão urbana, a forma de apontar direções da EA, que é transversal, ainda respaldada pelo Tratado de EA, consiste em estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas. Esse ponto é crucial na questão da mobilidade urbana e organização dessa urbanização, e deve ser incluída nas pautas das políticas dessa área.

A questão urbana discutida e construída a partir da EA tem como aspectos primordiais compreender o desenvolvimento a partir de uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico.

A partir deste pressuposto, é essencial:

- Democratizar espaços públicos urbanos;
- Garantir acessibilidade a transportes públicos de qualidade;
- Investir na diversificação de vias de mobilidade urbana;
- Organizar os centros urbanos de forma a aproximar as pessoas do trabalho, saúde e lazer;
- Incentivar e promover a agricultura urbana e periurbana fomentando feiras livres como espaço de participação política;
- Estruturar circuitos curtos de comercialização;
- Criar políticas públicas que fomentem micro e macro produção de energia limpa;
- Combater o monopólio das agências de abastecimento e tratamento de esgoto
- Descentralizar as estações de tratamento de água e esgoto no espaço urbano, estruturando mini centrais de tratamento, por exemplo;
- Promover arquitetura urbana humanizada, que possibilite a máxima integração das pessoas com o espaço público de forma confortável e acolhedora;
- Garantir a participação comunitária efetiva nos Planos Diretores, com intuito de promover a emancipação das comunidades;
- Fomentar e sustentar iniciativas fabris capazes de gerar produtos básicos e fundamentais voltado à formação e sustentação de comunidades autônomas.

3. Comunicação

A expansão dos meios de comunicação de massa, como a TV, a internet e os smartphones, propiciou o contato constante das pessoas com os conteúdos expressos por eles, o que os tornou referencia para a interpretação do mundo e determinação de valores: o que queremos ser, o que queremos ter, quais as minhas opiniões? Um grande problema que se enfrenta, porém, é o fato de que reproduzem e legitimam uma visão de mundo hegemônica, direcionada pra a formação de consumidores.

A comunicação, exercendo seu papel político, é importante aliada para a desconstrução dos discursos que não colaboram com o desenvolvimento de um modo de vida mais equitativo, possibilitando a construção de novos discursos.

No Tratado de EA temos como princípio que *"A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores."*

Assim, a Educomunicação - estratégia de construção de processos educativos abertos, dialógicos e criativos que reconhece todas as pessoas como produtoras de cultura, conhecimento e capazes de ação - aparece como importante instrumento para a transição que pretendemos ter. Portanto, fortalecer, difundir e fazer uso da Educomunicação nos parece um caminho estruturante para

que as ferramentas comunicativas sejam promotoras de processos radicalmente inclusivos e empoderadoras de pessoas e coletivos. Fomentar o papel educador dos meios de comunicação, utilizando-se de linguagem acessível, inclusiva e promotora de reflexões pertinentes aos tempos atuais nos parece necessário e urgente.

Democratizar os meios de informação e de comunicação a partir da regulamentação das concessões de rádio e televisão é outro ponto importante, que vem de encontro a atual situação de monopólio das mídias no Brasil. Assim, também é preciso revelar a necessária descriminalização dos veículos de mídia independente, que muitas vezes são coagidos pelo atual modelo de comunicação a permanecerem invisíveis e periféricos.

Neste sentido, identificamos como pontos prioritários:

- Apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Mídia Democrática;
- Instituir mecanismos de controle público transparentes e democráticos, nos atos de outorga e renovação das concessões de emissoras de rádio e TV;
- Acabar com a criminalização e incentivar as rádios e TVs comunitárias;
- Promover isonomia e fiscalização de propagandas oficiais pagas em meios de comunicação privados;
- Criar política pública de incentivo ao uso de software livre;
- Instituir o direito de antena para as organizações da sociedade civil;
 - Desenvolver/multiplicar núcleos de observatórios de imprensa;
 - Valorizar/fortalecer outras linguagens comunicativas (arte, música, teatro, documentários, etc.);
 - Garantir acesso às diferentes formas de comunicação (além da internet, TV e rádio);
 - Promover debates sobre leis de proteção de dados pessoais, Marco Civil e crimes cibernéticos;
 - Garantir acessibilidade para deficientes auditivos e visuais, através de ferramentas como intérpretes em libras e audiodescrição nos materiais comunicativos e espaços educadores;
 - Desenvolver ações efetivas de educomunicação.

4. Representação e Participação Política

O Brasil vive uma crise de representatividade institucional e política. Acreditamos que a sua superação virá por meio do fortalecimento e ampliação da democracia direta e participativa com vistas a construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável que garanta sobrevivência e qualidade de vida para todos e todas. Acreditamos que a atuação política deve ser colocada a serviço das causas sociais, coletivas e terrenas e não mero teatro de arena a serviço de interesses particulares.

Como caminho da repolitização das comunidades, esse eixo é fundamental para a transformação social e está dito no Tratado de EA, em seu oitavo princípio: "a educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas".

Consideramos, assim, alguns pontos essenciais:

- Promover a Reforma política de forma participativa e dialógica;
- Democratizar as decisões referentes ao Poder Judiciário;
- Fortalecer mecanismos democráticos previstos na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular);
- Garantir a participação dos setores historicamente excluídos da vida política (pobre, mulher, jovem, LGBT, negro, índio, quilombola, ribeirinho);
- Fortalecer a participação e a transparência pública fomentando a gestão compartilhada e o controle social;
- Regular e ampliar mecanismos de democracia direta e participativa;
- Acabar com o financiamento privado sobre os processos eleitorais;
- Proporcionar transparência em todas as esferas da administração pública;
- Fortalecer e incentivar comunidades locais autogestionadas;
- Ampliar os espaços de participação popular instituídos;
- Desburocratizar o acesso e implementação das políticas socioambientais;
- Diminuir a burocracia para acesso a recursos públicos por organizações sociais que visem à redução das desigualdades e da miséria;
- Melhorar o diálogo de movimentos sociais com órgãos públicos;

- Criar mecanismos reais de controle externo de todo o sistema de justiça;
- Garantir que o sistema de justiça tenha políticas que contemplem a diversidade étnica, racial, entre outras;
- Divulgar e capilarizar a Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas);
- Fomentar e fortalecer práticas educativas que estimulem a participação em espaços políticos de decisão (conferências, audiências, conselhos, etc.).

5. Economia

O modo de produção em que estamos organizados socialmente prima pela concentração de capital, através da exploração do trabalho e conseqüentemente do ser humano, não respeita os limites físicos e naturais dos territórios, tampouco a imensa diversidade biológica e cultural que caracterizou durante milênios as interações dos seres humanos com a natureza ao redor do mundo. Sendo assim é urgente e vital uma transformação radical da base econômica, modo de produção, consumo e conseqüente reestruturação social consolidando uma outra economia, regulando o mercado autônomo e circunscrevendo novamente a economia como conseqüência da organização e vida social.

Sendo vital para o funcionamento de um país, gerar recursos financeiros não deve ser um fim em si mesmo e deve considerar a qualidade de vida de todos os cidadãos/as e do meio ambiente como internalidades. Defendemos um modelo econômico baseado na inclusão, valorização dos bens naturais brasileiros, solidariedade, diversidade de produção e consumo, diminuição da desigualdade, e que enfrente o sistema financeiro internacional. Lutamos pelo fortalecimento de formas não hegemônicas de produção e consumo por meio de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento local.

Incluimos aqui a interação com o eixo anterior de Representação e Participação Política que deve incidir também sobre os modelos econômicos, reiterando o Tratado de EA que afirma: *"Consideramos que são inerentes a crise, a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre essas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana"*.

Desta forma, torna-se necessário estimular, consolidar e fortalecer as iniciativas de economia solidária e de bancos comunitários, pois estes socializam os meios de produção, combatem o desemprego e não obstinam o lucro e exploração dos trabalhadoras/es. Contamos com experiências sólidas e pertinentes em diferentes locais e contextos, porém ainda encontram desafios primários para seu estabelecimento no país. Desafios como a regulamentação legal, organização local, interação com o mercado de concorrência, fomento e gestão, hábitos e aspectos culturais são necessários para que seja conduzido um outro olhar para a economia. Sendo assim julgamos essenciais tais diretrizes:

- Refletir, avaliar e construir novas formas de planejamentos participativos, assim como incentivar o orçamento municipal participativo;
- Combater a concentração de renda;
- Regularizar taxaço sobre as Grandes Fortunas (medida consta na Constituição de 1988);
- Fazer a Reforma Tributária, taxando a renda e riqueza e não o consumo;
- Alterar a política de financiamento do BNDES, impedindo o empréstimo para grandes construtoras e empresas multinacionais;
- Fortalecer a economia interna brasileira, com prioridade para empreendimentos solidários que visem o desenvolvimento local;
- Enfrentar o sistema financeiro internacional (Banco Mundial, FMI);
- Incentivar a mobilização e organização de moradores de territórios rurais em cooperativas solidárias;
- Fomentar políticas públicas que garantam vantagens de mercado a empreendimentos solidários, evitando assim sua burocratização e pressão do mercado de concorrência;
- Criar mecanismos de participação e controle social nas decisões do Banco Central, Conselho Monetário Nacional (CMN) e na -Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX).

6. Gestão Territorial

A chamada revolução verde, dos anos 1960/70, consolidou um projeto de agricultura moderna baseada em modelos agrícolas não adaptados à realidade nacional e, do mesmo modo, direcionou a produção agrícola à exportação, sendo orientada conforme a valoração de ações nas bolsas de valores internacionais, caracterizando-se como *commodities*. Devido a essa estrutura de posse das terras gerou-se um quadro de desigualdade, fome e insegurança alimentar, além de aumentar a precarização de habitação nos grandes centros urbanos.

É necessário aliar à luta pela terra, como preconizado pelos movimentos sociais pela reforma agrária, diálogos sobre a conversão do quadro alarmante no qual se encontram os pequenos agricultores que nos últimos anos, por exemplo, não conseguiram ter condições de inserção no mercado, forçando-os ao trabalho informal e temporário fora de suas terras. Considerando a complexidade da questão agrária, é necessário incluir na agenda pública o debate sobre a nacionalização do solo e dos meios de produção agrícolas e alternativas para o controle social no uso da terra, alinhando a produção agrícola com a aptidão dos territórios, baseada em princípios agroecológicos, com a utilização de tecnologias que primem pela conservação dos solos e águas, e que mantenham a qualidade dos alimentos que, certamente, irão refletir na saúde e segurança alimentar da população.

Através do controle social e mecanismos de gestão pública compartilhada é preciso também que se realize a determinação de áreas destinadas a mineração, a construção de barragens e hidrelétricas, que haja demarcação de unidades de conservação, assim como a demarcação das terras indígenas e quilombolas com intuitos sociais de interesse comum, não tendo em vista o acúmulo de capital por poucas empresas privadas e até mesmo o próprio Estado.

Um dos itens do Plano de Ação do Tratado de EA refere-se a "*promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária*". Portanto o eixo Usos da Terra é essencial nessa Plataforma Política que tem a educação ambiental como eixo transversal e que aponta para o Bem Viver.

É nesse sentido e contexto que propomos algumas diretrizes:

- Desenvolver uma nova política agrária baseada na democratização de terras;
- Produzir e incentivar uma agricultura baseada em princípios agroecológicos;
- Erradicar o uso de agrotóxicos;
- Pleitear pela continuação da rotulação de transgênicos;
- Incentivar a busca pela soberania alimentar;
- Manter e fomentar a agrobiodiversidade de cada região, afim de assegurar a resiliência dos cultivos;
- Incentivar a comercialização de produtos em circuitos curtos;
- Efetivar a demarcação de terras indígenas e quilombolas, e que não seja feita pelo Senado;
- Valorizar a juventude e fortalecer sua permanência no campo;
- Erradicar a desigualdade entre gêneros;
- Flexibilizar o endividamento da agricultura familiar (diminuindo taxas de juros, por exemplo);
- Revisar a legislação da mineração com a participação popular;
- Valorizar a agricultura camponesa.

7. Cultura

A vida moderna, ocidental e industrial, é pautada pela máxima de que "tempo é dinheiro", que faz com que a vida seja guiada pelo relógio e calendário. Os seres humanos estão cada vez mais distantes do meio natural, seja pelo que ingerem, seja pelo ambiente que os circundam e mais do que isto, estão distantes de si mesmos. É mais do que urgente (re)estabelecer uma identidade fraterna e coletiva, em que cada um possa confiar no próximo.

Cultura pode ser, resumidamente, definida como complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão de artes, ciências humanas e afins.

Acreditamos que para desconstruir o paradigma do individualismo precisamos adotar uma postura de simplicidade voluntária, buscar e difundir a felicidade para além do mito da acumulação de bens materiais e garantir que a arte permeie todos os espaços e todas as relações em alusão ao belo que é a existência.

É urgente que haja mais pontos de cultura, teatros populares e circo-escolas em bairros e comunidades. O acesso a estes espaços deve ser garantido por editais e programas de fomento à cultura, sendo que a sensibilidade às artes deve ser estimulada durante todo o momento da vida cotidiana.

A EA do Tratado de EA que aqui se materializa transversalmente compreende que devemos estimular e potencializar o poder das diversas populações promovendo oportunidades para mudanças democráticas, o que implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos. A EA também deve valorizar as diferentes formas de conhecimentos dessas comunidades, que é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado, mas ao contrário, deve ser valorizado, ter visibilidade e ser compartilhado como experiências comunitárias ricas e criativas. Desta maneira, acreditamos que seja necessário:

- Criar estratégias para a reconexão dos seres humanos com a natureza;
- Desenvolver condições sociais e culturais para que o ser humano se sinta pertencente ao planeta e seja ator da sustentação da vida na terra;
- Reeducar os sentidos para que a vida seja menos artificial;
- Estimular a arte como forma de sensibilização do ser e como mecanismo de reflexão ambiental;
- Incentivar o papel da arte na transformação, compreensão e formação de cidadãos/as;
- Fortalecer a capacidade da arte de desenvolver a dignidade e a autoestima das pessoas;
- Desenvolver princípios como: Igualdade, frugalidade e justiça no sentido de bem comum e democracia;
- Desburocratizar o acesso às políticas públicas voltadas à cultura e promover sua capilarização;
- Fomentar espaços institucionais e informais de valorização da cultural de seu território
- Potencializar o pensamento de não exploração do ser humano pelo ser humano;
- Estimular a visão de que a vida é um espaço sagrado;
- Fomentar o desenvolvido da espiritualidade ecológica.

8. Mudanças Socioambientais Globais e Eventos Extremos

A barbárie que vem acometendo milhões de pessoas e distintos ecossistemas não pode continuar. É inevitável não ficarmos alheios às grandes mudanças sociais e ambientais que o mundo contemporâneo vem passando. As ações de alguns poucos detentores dos meios de produção que sugam os recursos naturais, de maneira irresponsável, reverberam de maneira desastrosa para milhões de seres humanos e não-humanos. Assim, é urgente a decisão coletiva e responsável sobre a extração e utilização dos recursos para que haja uma igualdade social e um ambiente saudável para todos que habitam este planeta.

Segundo o Tratado de EA: "*Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria*".

Acreditamos que a ecologia, em suas diferentes subdivisões, é tema problematizador em diversos contextos. A partir dessa perspectiva, um ponto que defendemos é a gestão compartilhada da natureza, de modo que limites para as formas predatórias de produção e consumo possam ser colocados; riscos de desastres possam ser rapidamente previstos e todas as pessoas possam ter as mesmas possibilidades de acesso à natureza, como um bem comum. Para isso, é necessário que a defesa civil esteja atenta às populações que vivem em áreas de risco e que a população compreenda os processos que prejudicam o ambiente e a vida, tendo conhecimento sobre suas responsabilidades e sobre as formas de garantir seus direitos. Neste sentido, propomos as seguintes diretrizes:

- Popularizar as ferramentas tecnológicas que monitoram e preveem desastres socioambientais;

- Exigir e garantir o uso de ferramentas tecnológicas que respeitem características locais e diminuam impactos ambientais em cadeias produtivas;
- Responsabilizar efetivamente indústrias e empresas geradoras de significativos impactos ambientais;
- Incluir a sustentabilidade em todos os eixos das políticas públicas;
- Garantir processos de licenciamento ambiental, rejeitando a PEC 65/2012.